

Práticas educativas na educação especial com foco na educação inclusiva no Amazonas

Educational practices in special education with a focus on inclusive education in Amazonas

Elizangela Freire Vidal¹

Eulina Maria Leite Nogueira²

Renato Abreu Lima³

Eliane Regina Martins Batista⁴

RESUMO

Estudar a importância da educação inclusiva no Brasil é extremamente fundamental, pois, é sabido que ao longo da história este grupo de pessoas estiveram à margem, seja no âmbito educacional, seja no social. Quando se volta o olhar mais limitado para o Amazonas, é possível evidenciar ainda mais o “descaso” para com este público. O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar como vêm ocorrendo as práticas educativas na Educação especial com foco na Educação inclusiva no Amazonas. Foi realizada uma revisão integrativa de 2020 a 2024, na base de dados do periódico da Capes, no campo acervo, buscar assunto e depois busca avançada. O descritor aplicado foi “educação inclusiva” ou “inclusão”. Os critérios de exclusão utilizados: artigos científicos não revisados por pares, prefácio de livro e entrevista. Os critérios de inclusão: artigos científicos em língua portuguesa, recorte temporal dos últimos 5 anos, ou seja, de 2020 a 2024 e contemplar em seu título o termo “educação inclusiva” e/ou “inclusão”. A partir deste critério foram estabelecidas categorias de análises. Os resultados evidenciam que há uma lacuna na produção científica que trate sobre a temática da educação especial e/ou educação inclusiva no Amazonas.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação Especial. Inclusão. Práticas educativas.

ABSTRACT

Studying the importance of inclusive education in Brazil is extremely fundamental, as it is known that throughout history, this group of people has been marginalized, both in the educational and social spheres. When

¹ Mestranda do curso de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidade (PPGECH), pela Universidade Federal do Amazonas – Humaitá (UFAM) efreirevidal@gmail.com. Brasil ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-2373-2965>.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas, possui experiência na Educação, com ênfase nas seguintes áreas: Formação de Professores, Políticas Públicas, Educação do Campo, Educação Indígena e Diversidade Cultural. Credenciada no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino: Ciências e Humanidades. E-mail: eleite@ufam.edu.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>.

³ Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia e Pós-doutor em Ciência do Solo. Atualmente, é professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campi Humaitá. E-mail: renatoal@ufam.edu.br Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0006-7654>.

⁴ Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE e Professora Adjunta no curso de Pedagogia no IEAA da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) E-mail: eliane_rm@ufam.edu.br Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6018-714>.

focusing on the Amazonas region, it is even more evident how much neglect there is towards this population. The present work aims to identify and analyze how educational practices in special education are occurring with a focus on inclusive education in Amazonas. An integrative review was conducted from 2020 to 2024 using the Capes journal database, in the collection field, by searching for subjects and then performing an advanced search. The descriptor used was "inclusive education" or "inclusion." The exclusion criteria applied included: non-peer-reviewed scientific articles, book prefaces, and interviews. The inclusion criteria were: scientific articles in Portuguese, a time frame of the last 5 years (i.e., from 2020 to 2024), and titles containing the term "inclusive education" and/or "inclusion." Based on these criteria, categories of analysis were established. The results indicated that there is a gap in scientific production regarding the themes of special education and/or inclusive education in Amazonas.

Keywords: Inclusive education. Special education. Inclusion. Educational practices.

INTRODUÇÃO

No cenário educacional em que vivemos hoje, a transformação das escolas é uma necessidade urgente para atender às demandas de uma sociedade em constante mudança. Para tanto, compreende-se que as práticas educativas desempenham um papel relevante para a impulsionar mudanças significativas seja na preparação das atividades escolares, seja no trato do desenvolvimento dos alunos em relação ao aprendizado significativo frente a sua realidade.

Partindo desta máxima, podemos dizer que a educação inclusiva se diferencia da educação especial pela característica de uma política de justiça social que alcança alunos com deficiência, como está explícito na Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (Brasil, 1994, p. 17- 18).

Ao longo deste trabalho, serão expostos alguns fundamentos teóricos das práticas educativas transformadoras e inclusiva, bem como os benefícios para o desenvolvimento intelectual e socioemocional dos alunos em geral, incluindo os alunos com deficiência, levando em consideração a seguinte indagação: como as práticas educativas podem provocar mudanças no processo de ensino e aprendizagem promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva? E como esta temática vem sendo abordada no Amazonas?

É importante enfatizar que a escolha do tema deste trabalho surgiu a partir do desejo de conhecer a realidade de como vem sendo tratada a educação inclusiva no Amazonas,

embora haja uma preocupação com os direitos igualitários aplicados a estudantes com deficiência, ainda é possível perceber que pouco se produz sobre o tema.

A seguir, são apresentados os pressupostos legais e teóricos da educação inclusiva e uma reflexão sobre a acessibilidade e a formação docente, constituindo-se partes integrantes da seção denominada referencial teórico. Na sequência, o quadro metodológico, especificando detalhamento do instrumento de coleta de dados, tipos de pesquisa e abordagem analítica. Seguido da apresentação dos resultados e discussão e as considerações finais e, por fim, as referências utilizadas na construção deste trabalho.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

A educação especial desempenha um papel crucial para o desenvolvimento de crianças com deficiência ao oferecer suportes e recursos a estes alunos com dificuldades de aprendizagem ou não, com o propósito de que possam participar ativamente do processo educacional, pois segundo Mantoan (2003, p. 35), as escolas inclusivas devem ser ambientes educativos que:

[...] ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar - sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

Alunos que são público-alvo da educação especial, mesmo diante de toda a evolução educacional que possuímos, hoje em dia ainda enfrentam problemas que restringem seu acesso à inclusão em ambientes de ensino, sendo muito perceptível as dificuldades que eles sofrem para terem acesso à mesma educação com a qualidade oferecidas aos demais discentes.

Para tanto, as práticas educativas na educação especial emergem como um elemento essencial para proporcionar um ensino eficaz, inclusivo e com equidade. Uma análise reflexiva sobre essas práticas pode proporcionar a adoção de abordagens mais flexíveis e individualizadas, reafirmando que cada aluno possui sua individualidade, seu ritmo, suas necessidades de aprendizagem distintas. Isso exige dos educadores uma compreensão mais

aprofundada e clara das características e das especificidades de cada deficiência, bem como a busca de melhores estratégias para subsidiar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de cada estudante. Pois os “[...] alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer-lhes de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades” (Mantoan, 2023, p.34).

Nesta perspectiva pode-se dizer que para se adquirir estes saberes faz-se necessário uma formação mais completa e ampla sobre as várias necessidades especiais, para tanto seria relevante que se pensasse sempre nas formações continuadas com foco na educação inclusiva. Almeida (2004, p.18) afirma que a “[...]construção dos saberes de nossos docentes tendo como meta a formação para o trabalho com as necessidades educativas especiais de seus alunos numa escola inclusiva” faria com que os educadores conseguissem desenvolver seus trabalhos com maior desenvoltura e eficácia. Ferreira (2018, p. 4) define a educação inclusiva como sendo:

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá à elas seu devido valor.

Na perspectiva deste autor, para que a educação inclusiva aconteça de forma real e significativa, a escola precisa ter apoio, além disso precisa entender qual o seu papel no processo de ensino e aprendizagem e na sociedade, buscando aplicar práticas pedagógicas que lhe darão subsídio para que o processo seja eficaz. Como enfatiza Mantoan, (2023, p. 38)

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça.

Partindo desse contexto, este trabalho visa apresentar, parcialmente, a temática proposta abordando as práticas educativas na educação especial, com foco na educação inclusiva, visando compreender como tais práticas impactam a inclusão e o desenvolvimento estudantil e social de alunos especiais em ambientes escolares, além de investigar a percepção e o entendimento dos educadores em relação ao uso de práticas pedagógicas na educação

especial, por meio de entrevistas e questionários, a fim de identificar desafios, necessidades de capacitação e boas práticas já adotadas.

Práticas educativas transformadoras como fator de inclusão

A construção das ações educativas/pedagógicas transformadoras e inclusivas estão diretamente ligadas com a reformulação do currículo, visando um cenário educacional onde os objetivos da educação estejam voltados para a qualidade e equidade do ensino, de modo que o currículo seja pensado como um instrumento que faz a ligação entre os princípios teóricos norteadores e a prática pedagógica, ou seja, teoria e prática. Assim esclarece Alves (2009, p. 58):

É nesta ordem de ideias que os discursos sobre a mudança educativa nos remetem para a necessidade de adaptar práticas curriculares inovadoras, só passíveis de serem concretizadas na base de um paradigma de ensino-aprendizagem que faça da flexibilização curricular, do desenvolvimento de competências e da articulação curricular os seus principais esteios.

Partindo deste pensamento é que se diz que a educação tem sido foco de duras críticas quanto ao seu papel dentro de uma sociedade que vem se modificando em grande velocidade. Nosso sistema educacional não tem conseguido acompanhar as grandes transformações vividas em nossa sociedade, embora seja fato que a tecnologia tem sido utilizada como um dos instrumentos para se adequar as instituições de ensino ao novo mundo.

As práticas pedagógicas criativas são atualmente chamadas de inovações no processo de ensino e aprendizagem. O uso de práticas como a sala de aula invertida onde segundo Junior (2020, p. 4) “o estudante deixa para trás aquela postura passiva de ouvinte e assume o papel de protagonista do seu aprendizado”, uso de aplicativos de internet educativos, telas interativas, tem sido amplamente divulgadas no meio educacional como grandes inovações ou adequações para os jovens que cada vez mais espera por mudanças no sistema de ensino, saindo do tradicional, modelo considerado hoje ultrapassado, pois suas práticas estão relacionadas as tendencias pedagógicas liberais, com paradigmas conservadores, onde as estratégias usadas pelo professor para a transmissão do conhecimento, são a repetição, o treino intensivo e a memorização. Para Behrens. (1999, p. 386).

Os paradigmas conservadores caracterizam uma prática pedagógica que se preocupa com a reprodução do conhecimento. Fortemente influenciada pelo paradigma da ciência newtoniana-cartesiana, a ação docente apresenta-se fragmentada e assentada na memorização, na cópia e na reprodução.

Indo então na contramão do que se espera para os dias de hoje na educação, pois a urgência na educação é de práticas transformadoras em que segundo Freire (1987, p.18) “[...] no reconhecimento crítico, na “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais”.

Sendo assim, a prática pedagógica transformadora, antes de tudo, entende o ser humano de uma forma geral, completa, inteira. Para tanto faz-se necessário que os professores busquem o autoconhecimento, conhecer a si próprio, e conhecer também os sujeitos envolvidos, ou seja, tanto o educador quanto o educando, para que exista um estabelecimento de relações mais igualitárias e libertárias, em outras palavras, relações mais livres, participativas e significativas, incentivando os educandos a serem sujeitos ativos na construção do conhecimento.

Um dos aspectos das práticas pedagógicas transformadoras está o uso das tecnologias digitais que apresentam possibilidades de provocar mudanças constantes na sociedade com uma velocidade impressionante e uma quantidade abundante de informações. Além disso, o fato de que muitos têm facilidade de acesso a essas tecnologias, torna os paradigmas tradicionais, de certo modo, desatualizados. Como enfatiza Behrens (1999, p. 386). “A sociedade passa a exigir profissionais que tenham capacidade de tomar decisões, que sejam autônomos, que produzam com iniciativa própria, que saibam trabalhar em grupo, que partilhem suas conquistas e que estejam em constante formação.”

Partindo dessa afirmação ousamos dizer que os profissionais da educação devem se permitir mudanças, buscando estar sempre em evolução, tentando acompanhar os avanços tecnológicos, para então utilizarem em suas aulas, pois fazer uso das tecnologias pode deixar as aulas mais atrativas, inovando, criando práticas que possam favorecer o aprendizado significativo. Logo a inovação da prática pedagógica consiste em atividades pedagógicas

criativas. Através da inovação das estratégias de construção ou organização de conhecimentos, pode-se alcançar o ensino e aprendizagem almejados. Fofonca (2018 p.18) considera que:

Para “inovar” considera-se necessário que o docente tenha clareza do ideal de homem que pretende formar por meio do seu trabalho pedagógico. Implica em selecionar as formas (métodos, artefatos) para atingir a formação humana almejada e buscar/planejar uma didática que considere as mudanças sociais, políticas, tecnológicas e econômicas.

Outrossim, não basta inovar em sua prática pedagógica fazendo uso das tecnologias disponíveis, é importante que essas práticas sejam bem-sucedidas, ou seja obtenha bons resultados no que se refere ao ensino e aprendizagem dos alunos. Assim enfatiza, Chalmers Sisle Apud. Souza et al., (2009, p. 523 e 524).

[...] o professor bem-sucedido deve possuir um trabalho eficiente, ou seja, bons resultados referentes à aprendizagem dos alunos; ser comprometido com o ensino e a aprendizagem; refletir sobre as aulas desenvolvidas; não desistir diante das dificuldades; buscar diferentes maneiras para atingir o aluno, para que este aprenda e consiga aplicar essa aprendizagem em diversas situações; ser bem informado e comunicativo; ter boa autoestima; ter seu trabalho reconhecido; ser autocrítico, ou seja, reconhecer os próprios erros e saber que precisa melhorar; alcançar seus objetivos.

Além de o professor ser criativo e inovador, ele ainda precisa ser determinado. Diante das exigências da docência, é certo que enfrentará alguns desafios que por vezes chega a desencorajar o professor. Dentre estes, está a formação que precisa ser levada a sério pelos nossos governantes como expõe Demo (2002, p. 79):

Pela importância estratégica da profissão – é o profissional dos profissionais -, o professor deveria passar por processo formativo dos mais exigentes e completos, nunca inferior a cinco anos de duração na universidade. A razão é simples: o profissional da formação precisa ser a cara da formação primorosa. Qualquer curso mais pretensioso pede duração de cinco anos (engenharia, todas, direito, economia, psicologia etc.). A ideia de encurtar a formação só prejudica esse profissional. Embora não seja difícil encontrar profissionais malformados também entre aqueles que estudam mais tempo, não é o caso usar esse argumento para aceitar formação ditas superiores a partir de dois anos, como é o caso atual de cumprir a exigência da LDB com respeito às atuais normalistas. É absurdo que o profissional da formação tenha formação menor. O problema de fundo não é tamanho, mas qualidade.

Outro desafio que o professor enfrenta é a falta de reconhecimento profissional, que está relacionado a questão financeira, pois é sabido que o professor de Educação Básica não

tem um salário digno, embora saibamos que esta profissão é sem dúvida das mais importantes. Gatti e Barretto (2009 p. 247), corroboram essa conclusão afirmando que , “[...] os salários recebidos pelos professores não são tão compensadores, especialmente em relação às tarefas que lhes são atribuídas.”

Partindo desta afirmação podemos então dizer que há forte ligação entre remuneração salarial e a busca pela profissão, o que enfatiza ainda mais a ideia de que uma remuneração que dignifique a profissão é um aspecto que pode contribuir com o grau de satisfação no exercício da docência, bem como uma possibilidade de atrair jovens para o ingresso na profissão, uma vez que o profissional do magistério se desgastaria menos sem precisar ter uma árdua jornada de três turnos. Como expõe Pinto (2009 p. 60), para reverter a baixa procura pela formação em magistério: “[...] não há outra saída que não seja traçar uma estratégia de valorização dos professores. E não existe valorização de uma profissão sem salários atraentes, que estimulem os melhores alunos do Ensino Médio a optarem pela carreira.” O melhor indicador de prestígio de uma profissão é o salário pago para quem opta por ela.

Educação inclusiva: preceitos legais

As conquistas hoje existentes na educação inclusiva não se deram da noite para o dia, foram décadas e décadas marcadas por lutas e por movimentos sociais importantes, organizados por militantes dos direitos humanos, por pessoas que têm no seio familiar algum membro com deficiência e mesmo por pessoas com deficiência e que conquistaram o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à ampla participação social e por conseguinte o direito à educação inclusiva. Essas conquistas se tornaram possíveis nos documentos internacionais que passaram a direcionar a reformulação dos marcos legais dos países, até mesmo as legislações do Brasil. Como afirma Rocha, et al. (2009, p.29)

As últimas décadas foram marcadas por movimentos sociais importantes, organizados por pessoas com deficiência e por militantes dos direitos humanos, que conquistaram o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à plena participação social. Essa conquista tomou forma nos instrumentos internacionais que passaram a orientar a reformulação dos marcos legais de todos os países, inclusive do Brasil.

A Educação Inclusiva no Brasil está preconizada em alguns documentos, como a Declaração de Salamanca, de 1994, na nova Constituição Federal, de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9.394/1996 e a Resolução n.º 127, de 03 de outubro de 2023, que reforçam o embasamento das discussões sobre a educação especial e inclusiva.

A Conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca, na Espanha entre 7 e 10 de junho de 1994, produziu um documento conhecido como Declaração de Salamanca, que trouxe a luz muitas questões, dentre elas a que diz que os Estados devem assegurar que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Sobre a educação especial no Brasil, Aranha (2003, p.21) diz que:

A integração de crianças com deficiência, deverá fazer parte dos planos nacionais de educação para todos. Mesmo naqueles casos excepcionais em que crianças sejam colocadas em escolas especiais, não é necessário que sua educação seja completamente isolada. Dever-se-á procurar que frequente, em tempo parcial, escolas comuns.

Em outras palavras, o público da educação especial deve frequentar escolas “comuns”, ou seja, regulares, para que tenham uma interação, ou melhor, a inclusão nas salas de aulas com as crianças que não apresentam nenhum tipo de necessidade especial, a fim de que haja uma educação livre de preconceitos de qualquer natureza.

A Nova Constituição Federal (1988, p. 123) assegura também o direito à educação indistintamente, em seu artigo 205, quando diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Além da Constituição Federal, temos legislações específicas como a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, que dispõe em seu Artigo 58 (1996, p. 42-43) que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para

educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Garantindo também em seu Artigo 59, inciso I, que os sistemas de ensino assegurarão a esses alunos, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (Lei no 9.394, 1996, p. 43).

Em vista destas orientações, pautadas pelas legislações vigentes, o poder público vem buscando tornar realidade tais exigências, embora não seja algo que possa se chamar de simples, pois não basta ofertar a Educação Inclusiva nas redes públicas de ensino, faz-se necessário, também, superar alguns obstáculos como preparar os profissionais que irão receber alunos com necessidades especiais, o que exigiria oferecer formação continuada aos professores, pois professores mais bem preparados fariam toda diferença nas vidas dessas crianças, uma vez que a inclusão garante direitos e promove a aprendizagem, bem como incentiva ao indivíduo a vida social, estimulando a autonomia e a independência das pessoas com deficiência em todas as fases da vida.

Temos ainda documentos internacionais que abordam temas voltados para o direito das pessoas com deficiência como a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência, realizada no período de 6 a 8 de junho de 1999, na cidade de Guatemala, que teve como objetivo principal “prevenir e eliminar a discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e propiciar sua plena integração social... educação e formação ocupacional da pessoa portadora de deficiência;”(2001), a mesma deu origem ao Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, que promulga o texto completo produzido na Convenção Interamericana.

No que se refere a Educação Especial/ Inclusiva no Estado do Amazonas temos também a Resolução n.º 127, de 03 de outubro de 2023, que determina normas regimentares para a oferta da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, no sistema de ensino do Estado do Amazonas.

METODOLOGIA

Esse estudo trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, assim, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010, p.103) “A revisão integrativa, finalmente, é a mais ampla

abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado”. Este tipo de revisão, possibilita conhecer, de forma mais aprofundada, temáticas que estejam sendo pesquisadas. Ela busca também identificar as janelas que precisam ser preenchidas sobre determinados assuntos, segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 128) “a revisão integrativa da literatura é utilizada como método para o desenvolvimento da revisão da literatura”, além gerar uma visão consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas relevantes para sociedade.

Partindo desta concepção, é que buscamos os artigos para elaborar este trabalho na base de dados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da comunidade acadêmica federada via Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde reúne um vasto acervo científico virtual do Brasil. De acordo com a CAPES a seleção dessa plataforma se justifica pela qualidade dos trabalhos ali dispostos.

As práticas educativas na educação especial, com foco na educação inclusiva no Amazonas, foram pesquisadas no campo “acervo”, através do menu “buscar assunto”, onde selecionou-se a “busca avançada”. Para realizar esta pesquisa, foi utilizado o descritor: “educação inclusiva no Amazonas”, então a plataforma disponibilizou vinte e oito artigos científicos, dos quais quatro tinham acesso restritos, logo restaram vinte e quatro para realizar o estudo.

Estes vinte e quatro artigos foram submetidos aos critérios de análise. Os critérios de exclusão utilizados foram: a) artigos científicos não revisados por pares, prefácio de livro e entrevista; b) resumo simples ou expandido; c) trabalhos duplicados, e; d) acesso fechado.

Os critérios de inclusão: a) artigos científicos em língua portuguesa; b) recorte temporal de 2020 a 2024 e; c) conter no título a palavra “educação inclusiva” ou “inclusão”. Os artigos selecionados foram organizados em uma tabela em ordem cronológica seguindo o ano de sua publicação, sendo eles submetidos primeiramente à análise dos títulos, na qual se buscou encontrar as palavras “educação inclusiva” ou “inclusão”. Após verificação concluída, realizou-se a leitura dos resumos e conclusões, para posteriormente, analisá-los, e em seguida

avaliar os achados nos resultados. Na seção “resultados e discussões”, encontrou-se os objetivos, metodologias e conclusões de cada trabalho.

ANÁLISES E RESULTADOS

A partir da temática indicada e da metodologia evidenciando os descritores, foram encontrados vinte e oito artigos científicos. Com a utilização dos critérios de exclusão e inclusão, foram selecionados apenas oito artigos, que foram organizados em uma planilha por ordem cronológica, seguindo o ano de sua publicação, conforme a quadro abaixo:

Quadro 1. Distribuição dos artigos segundo a autoria, título e ano de publicação

Nº	Autoria	Título	Ano
01	ALMEIDA, Lucas Martins de; FURTADO, Maria Aparecida Silva; YAMAGUCHI, Klenicy Kazumy de Lima.	Educação inclusiva: um panorama sobre o desenvolvimento e efetivação do ensino inclusivo no interior do Amazonas	2020
02	ARENARE, Eleonora Celli Carioca; MÓL, Gerson de Souza.	Educação Inclusiva e Deficiência Visual: Mapeamento do Ensino de Química nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ensino de Ciências (ENPECs – 1997-2017)	2020
03	SECUNDINO, Francisco Karyvaldo Magalhães; SANTOS João Otacilio Libardoni dos	A Escolarização e a Educação Inclusiva Durante a Pandemia no Amazonas	2022
04	FERNANDES, Wania Ribeiro; LIMA, Maisa Lemos de; OLIVEIRA, Josivaldo Vilaça do Nascimento de.	Educação Inclusiva em Presidente Figueiredo -AM: uma análise da Meta 04 do Plano Municipal de Educação em Escolas de Assentamento	2022
05	REIS, Joab Grana; GLAT, Rosana	Inclusão no ensino superior: narrativas de estudantes com deficiência no contexto amazônico	2022
06	PESSOA, Enicelmo Pereira; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; SILVA, Eliane Acácia da; PRATA, Bruna dos Santos	O processo de inclusão e escolarização de surdos no município de Humaitá-AM	2022
07	SANTOS, Ramiro Antônio de Aquino	A educação inclusiva no contexto docente do cenário amazônico	2023
08	JEAN, Evren Ney da Silva; NASCIMENTO, Greicy Oliveira; GHEDIN, Evandro Luiz	Relações intergeracionais na educação de jovens e adultos: relato de uma experiência com um projeto inclusivo de Matemática	2023

Fonte: dados de pesquisa (2024)

O artigo 01, de autoria de Almeida, Furtado e Yamaguchi (2020) que traz como título “Educação inclusiva: um panorama sobre o desenvolvimento e efetivação do ensino inclusivo no interior do Amazonas”, teve como objetivo investigar o perfil docente e o modo como professores atuantes na área de Ciências do Ensino Regular, dos níveis Fundamental e Médio, de escolas públicas da rede municipal e estadual do município de Coari, no interior do Amazonas, Brasil, percebem o ensino inclusivo e identificam as dificuldades inerentes à inclusão, bem como a situação de acessibilidade nessas escolas. Para produção deste artigo adotou-se, como metodologia, uma abordagem quantitativa de caráter descritivo e exploratório fazendo uso da pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada por meio do instrumento questionário que cujas questões eram abertas e fechadas. Para a realização da análise dos dados coletados, também adotou-se a metodologia de análise com abordagem quantitativa de caráter descritivo e exploratório.

Após este estudo realizado por Almeida, Furtado e Yamaguchi (2020, p.1445) ficou evidente “a necessidade de haver mais reflexão e ação sobre a educação inclusiva, tanto do ponto de vista do acesso físico e educacional de alunos, quanto do relacionado à formação dos professores, como um processo contínuo de mudanças”. Evidenciou-se também a necessidade de formação continuada dos docentes envolvidos no processo educacional, embora se saiba que ela não resolve tudo, pois a educação inclusiva é não apenas um desafio, mas também uma tarefa que deve ser abraçada por todos os cidadãos, direta ou indiretamente envolvidos na temática.

O artigo 02, de autoria de Arenare e Mól (2020) tem como objetivo realizar um mapeamento de pesquisas publicadas nos ENPECs de 1997-2017, que envolvam a Educação Inclusiva, mais precisamente a Deficiência Visual e o Ensino de Química. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com consulta às atas e trabalhos publicados nos 11 eventos (1997-2017). Neste trabalho, os autores procuraram traçar questionamentos com base em suas experiências, enquanto pesquisadores da área, por meio de contatos e questionamentos com professores da área, na região Norte. Estes por sua vez, lamentaram suas dificuldades e anseios, sem publicar e difundir suas necessidades e as problemáticas que

vivenciam cotidianamente em sala de aula com relação a adaptar alunos com Deficiência Visual em aulas de Química. Os autores finalizaram seu artigo com diversos questionamentos, e reafirmaram que é importante pensar no aluno sem esquecer que “muitas vezes o Professor de Química, não teve em sua Formação Permanente, nenhuma disciplina relacionada a Conteúdos Curriculares de Química e Educação Inclusiva, o que torna alguns isentos de ensinar o que não aprenderam [...]” Arenare e Mól (2020, p. 13-14).

O artigo 03, traz uma reflexão sobre os impactos da pandemia da COVID-19 no que se refere a educação inclusiva no Amazonas. A metodologia utilizada por Secundino e Santos (2022) foi estudo documental narrativo onde envolveu artigos científicos, matérias jornalísticas, revistas especializadas em educação, relatórios oficiais e livros sobre o tema produzidos no período da pandemia (de 2019 até 2022) ou acerca da garantia de uma educação inclusiva mediante o cenário pandêmico que acometeu o mundo todo, por conta do COVID-19. Tal artigo nos trouxe a compreensão das dificuldades evidenciadas ao longo do ano de 2020 e também 2021. Os autores concluíram seu artigo afirmando que os projetos de educação, durante a pandemia, se mostraram falhos e deixaram como marca, um retardo no processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem em todas as esferas do ensino no estado do Amazonas.

No artigo 04, Fernandes, Lima e Oliveira (2022), trazem como título de seu artigo “Educação Inclusiva em Presidente Figueiredo -AM: uma análise da Meta 04 do Plano Municipal de Educação em Escolas de Assentamento”. Os autores fizeram uma análise das estratégias traçadas no PME-PF para atendimento do público da educação especial em sua rede de ensino, mais especificamente uma discussão das escolas em áreas de assentamento. Os autores realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo, fazendo uma revisão narrativa de literatura com coleta e análise das produções científicas, pois segundo Fernandes, Lima e Oliveira (2022, p. 3) “as revisões narrativas, mesmo não sendo tão evidenciadas no universo científico, reforçam significativamente quão importantes são os estudos e debates atuais que promovem conhecimentos científicos em voga na atualidade”. Neste estudo foi observado que ainda há muito a se percorrer, quando se trata de educação especial na perspectiva de educação inclusiva.

O estudo apresentado no artigo 04, sugere que se realizem novas pesquisas no âmbito da educação inclusiva com intuito de analisar os planos de educação nas esferas federal e estadual, focando nas estratégias que ainda não foram implementadas, e quais os compromissos foram assumidos para que essas estratégias saiam do papel e se evidencie o desenvolvimento de potencialidades que contribuam para o engajamento de sistemas inclusivos.

O artigo 05, objetiva evidenciar, a partir de narrativas de estudantes com deficiência, os desafios e barreiras enfrentadas no processo de inclusão no ensino superior, tendo em vista, a fragilidade da implementação das políticas públicas que contemplem seu ingresso, permanência, aprendizagem e sucesso acadêmico. Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a metodologia de História de Vida, fazendo uso da técnica da escuta, pois, a escuta ativa é fundamental para permitir que o entrevistado tenha a liberdade de narrar e atribuir significados às suas experiências e vivências numa relação de diálogo. Para realizar este trabalho utilizou-se de entrevistas abertas, envolvendo estudantes com deficiência de uma universidade pública, que vivenciam suas experiências acadêmicas em diferentes municípios no estado do Amazonas. Reis e Glat (2022, p.106) enfatizam sua percepção acerca de sua pesquisa dizendo: “destaca-se a importância de privilegiar perspectiva dos próprios estudantes na análise de sua realidade educacional. Partindo do lema dos movimentos de defesa das pessoas com deficiência”,

No artigo 06, Pessoa, Nogueira, Silva e Prata (2022) vêm trazendo informações sobre “O processo de inclusão e escolarização de surdos no município de Humaitá-AM”. A proposta de trabalho objetiva apresentar uma parte do universo inclusivo que é a inclusão do deficiente, no caso particular, o surdo na educação através da Língua brasileira de sinais (Libras), que é sua língua natural, a qual a cultura surda chama de língua materna ou primeira língua. A metodologia usada no artigo foi o método de abordagem qualitativa. O estudo concluiu que este processo de inclusão e escolarização de surdos no município de Humaitá-AM desenvolve-se acanhadamente, porém, o mesmo ganha força a partir do ano de 2009, quando houve um aumento significativo de alunos com deficiência matriculados e o maior

número de Salas de Recursos em funcionamento, tanto na rede estadual, quanto na rede municipal.

O artigo 07, de autoria de Santos (2023), teve como objetivo debater a educação do surdo e a inclusão dos ouvintes no contexto escolar, com foco na inclusão efetiva de Libras nas escolas públicas de Manaus, ele utilizou-se de uma abordagem qualitativa. A pesquisa concluiu que o município de Manaus ainda possui desempenho abaixo do esperado na educação especial e inclusiva, segundo os dados do Anuário Brasileiro de Educação 2017.

Porém, através da mesma foi possível perceber que há avanços na educação inclusiva, no entanto, faz-se necessário mais investimentos em qualificação e requalificação de profissionais da educação na língua de sinais. Santos (2021, p.8) enfatiza que a educação inclusiva ainda precisa “voar mais alto”, pois não há muitos profissionais especializados em Libras nas escolas públicas e, enquanto isso, os alunos ficam sem aula ou frequentando a escola sem o atendimento adequado para que ocorra a inclusão de fato e de direito.

No artigo 08, os autores trazem uma reflexão sobre como as aulas de matemática ajudam em muitas atividades diárias e profissionais. Este artigo teve como objetivo investigar o processo teórico-metodológico para o cálculo matemático utilizado pelos estudantes em suas atividades profissionais na construção civil, realizando observações e comparações entre os métodos usados na sua profissão e os utilizados nas aulas de matemática. A metodologia usada foi a pesquisa qualitativa, tendo como percurso investigativo a pesquisa de campo realizando um estudo descritivo desenvolvido na modalidade de relato de experiência, que possibilitou a compreensão das atividades profissionais dos alunos por meio das aulas de matemática.

Os resultados alcançados exigiram do pesquisador e dos colaboradores um estudo interdisciplinar no processo de ensino-aprendizagem da matemática que pôde aproximar a comunidade escolar desse conhecimento por meio das experiências intergeracionais dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Os autores concluíram que a investigação apresentada no artigo 08 permitiu aos mesmos afirmarem que os estudantes já trazem consigo, mesmo que de forma intuitiva, as habilidades e competências de sua experiência sociocultural para o processo de formalização

e construção do conhecimento na escola, desta forma pode-se dizer que o aluno pedreiro/ajudante habilitado/ajudante utiliza na maioria de seus cálculos, uma matemática com base em valores aproximados, fruto da capacidade de observação que vêm construindo ao longo de um processo sociocultural.

CONCLUSÕES

Percorrer as perspectivas da educação inclusiva, significa reconhecer não apenas a complexidade ao longo de sua jornada, mas também vivenciar o potencial transformador que ela disponibiliza. É um convite para que a comunidade escolar se una em prol de um ideal comum, uma educação verdadeiramente inclusiva, que acolha, respeite e capacite cada indivíduo, independentemente de suas diferenças, limitações e especificidade.

A inclusão escolar deve reforçar a ideia de igualdade, equidade em uma sociedade que prima pelo desenvolvimento social e intelectual, mantendo sempre o direito a todos e promovendo a aceitação do próximo, lutando contra qualquer forma de preconceito. Os processos de inclusão não devem apenas adequar-se aos espaços para acessibilidade e a presença de profissionais especializados. Deve ser um desafio permanente, não permitindo acomodações.

Porém, as análises realizadas nos artigos produzidos no quinquênio de 2020 a 2024 evidenciaram que há pouco interesse de se divulgar através de produção científica sobre educação inclusiva, embora tenhamos a consciência de que se faz necessário estarmos com as portas sempre abertas para esse debate.

Como recomendação geral e perspectivas futuras poderiam realizar maiores estudos acerca da educação inclusiva, pois, sabemos que na atual conjuntura ainda estamos longe de chegarmos a uma inclusão verdadeira, que proporcione aos indivíduos mais qualidade de vida e bem-estar social, onde pessoas com deficiência sejam tratados sem preconceitos.

Concluimos este trabalho afirmando que as práticas educativas transformadoras e inclusivas são elementos essenciais na busca por uma educação de qualidade e na preparação dos alunos para as demandas do mundo moderno. Esperamos fornecer meios para reflexão

dos educadores, gestores escolares e formuladores de políticas, governantes interessados em promover uma educação pública e de qualidade, relevante para o mundo contemporâneo.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em especial ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) e aos professores da disciplina Pesquisa em Educação por toda dedicação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Palmira, *et al.* **Práticas Inovadoras no Ensino Superior**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b453/07046016cd306949bf7c5ef33af5b7cc7493.pdf>. Acesso em: 12 de abril 2024.

ALMEIDA, Mariangela Lima de. **Formação continuada como processo crítico reflexivo colaborativo: possibilidades de construção de uma prática inclusiva**. 2004. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ALMEIDA, Lucas Martins de; FURTADO, Maria Aparecida Silva; YAMAGUCHI, Klenicy Kazumy de Lima. Educação inclusiva: um panorama sobre o desenvolvimento e efetivação do ensino inclusivo no interior do Amazonas. **Revista Prática Docente**. v. 5, n. 2, p. 1428-1448, mai/ago 2020. DOI: 10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n2.p1428-1448.id803

ARANHA, Maria Salete Fábio. (org.) **Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva / Coordenação geral: SEESP/MEC; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.**

ARENARE, Eleonora Celli Carioca; MÓL, Gerson de Souza. Educação Inclusiva e Deficiência Visual: Mapeamento do Ensino de Química nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ensino de Ciências (ENPECs – 1997-2017) **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, e22953047, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3047>

BEHRENS, Marilda Aparecida. **A prática pedagógica e o desafio do paradigma emergente**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 80, n. 196, p. 383-403, set/dez. 1999.

BOTELHO, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão E Sociedade*, 5(11), 121–136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

DEMO, Pedro. **Professor e seu direito de estudar** In: SHIGUNOV NETO, Alexandre & MACIEL, Lizete Shizue Bomura (Orgs.). Reflexões sobre a formação de professores. Campinas: Papyrus, 2002.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva:** quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-oque-aescola-precisa-fazer>. Acesso em 2 de maio de 2024.

FERNANDES, Wania Ribeiro; LIMA, Maisa Lemos de; OLIVEIRA, Josivaldo Vilaça do Nascimento de. Educação Inclusiva em Presidente Figueiredo -AM: uma análise da Meta 04 do Plano Municipal de Educação em Escolas de Assentamento. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, e36811830959, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i8.30959>

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**, 12. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

FOFONCA, Eduardo (Coord.); Glaucia da Silva Brito, Marcelo Estevam, Nuria Pons Villardel Camas (Orgs.). **Metodologias pedagógicas inovadoras:** contextos da educação básica e da educação superior / Curitiba: Editora IFPR, 2018.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores e carreira:** problemas de movimento e renovação. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____; BARRETO, Elba S. S. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

JEAN, E. N. da S. ., NASCIMENTO, G. O. ., & GHEDIN, E. L. Relações Intergeracionais Na Educação De Jovens E Adultos: Relato De Uma Experiência Com Um Projeto Inclusivo De Matemática. **REVISTA FOCO**, 16(4), e1508; 2023.
<https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n4-010>

JUNIOR, Carlos Roberto da Silveira. **Sala de Aula Invertida:** Por Onde Começar? Onde Começar? Goiás, novembro de 2020. Disponível em:

http://www.ifg.edu.br/attachments/article/19169/Sala%20de%20aula%20invertida_%20por%20onde%20come%C3%A7ar_.png

MANTOAN, M. T. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARINHO, Maria Francisca Braga. Formação de professores para uma escola inclusiva. In. NASCIMENTO, Aristonildo C. Araújo (org.) **Educação inclusiva no contexto amazônico: formação de professores**. Manaus, Edua, 2007. P. 133-157.

PESSOA, Enicelmo Pereira; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; SILVA, Eliane Acácia da; PRATA, Bruna dos Santos. O processo de inclusão e escolarização de surdos no município de Humaitá-AM, **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, e10111638196, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38196>

PINTO, José M. R. **Remuneração adequada do professor:** desafio à educação brasileira. Retratos da escola. Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67. jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> acessado 22 de abril de 2024.

ROCHA, TB., and MIRANDA, TG. **A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior:** uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 27-37

SANTOS, Ramiro Antônio de Aquino. A educação inclusiva no contexto docente do cenário amazônico. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 9, e7012943201, 2023.

<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i9.43201>

SISLA, Heloisa Chalmers e SOUZA Ana Paula Gestoso de. Práticas pedagógicas bem-sucedidas: um diálogo com discursos de professoras, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos-SP, Brasil, **Revista Eletrônica de Educação**, v.11, n.2, p. 521-539, jun./ago., 2017.

SECUNDINO, Francisco Karyvaldo Magalhães; SANTOS João Otacilio Libardoni dos. A Escolarização e a Educação Inclusiva Durante a Pandemia no Amazonas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, e33811931860, 2022. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31860>

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Caminhos da profissionalização do magistério**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SOUZA, Marcela Tavares de, SILVA, Michelly Dias da, CARVALHO Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. 2010; 8(1 Pt 1):102-6

Autoria:

Autor 1:

Nome: Elizangela Freire Vidal

Breve currículo: Mestranda do curso de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidade (PPGECH), pela Universidade Federal do Amazonas – Humaitá (UFAM), Especialista em Educação Inclusiva, graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (2002/2) Administradora Escolar – SEDUC-AM.

Instituição: Universidade Federal do Amazonas- UFAM

E-mail: efreirevidal@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2373-2965>

País: Brasil

Autor 2:

Nome: Eulina Maria Leite Nogueira

Breve currículo: Docente da Ufam com mestrado e doutorado em Educação, com ênfase na formação e na prática pedagógica de professores, educação do campo e educação indígena

Instituição: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

E-mail: eleite@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>

País: Brasil

Autor 3:

Nome: Renato Abreu Lima

Breve currículo: FotoBiólogo, Especialista em Gestão Ambiental, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia e Pós-doutor em Ciência do Solo. Atualmente, é professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campi Humaitá.

Instituição: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

E-mail: renatoal@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0006-7654>

País: Brasil

Autor 4:

Nome: Eliane Regina Martins Batista

Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE e Professora Adjunta no curso de Pedagogia no IEAA da Universidade Federal do Amazonas

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

E-mail: eliane_rm@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6018-7140>

País: Brasil